

Um exercício de ficção econômica **(Antes que seja tarde: mudanças já na economia surrealista)**

Paulo Roberto de Almeida
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)

Para toda ação, reza um velho ditado de “física econômica”, há uma reação igual e em sentido contrário. Os físicos e economistas sabem que não se pode, impunemente, ignorar essa lei das conseqüências involuntárias, sob risco de ver algum desastre desabar sobre praticantes incautos.

Mas isto não parece preocupar nem um pouco cerca de 15 deputados do PT e outros tantos representantes da ciência econômica universitária, que se reuniram em seminário realizado no dia 21 de março de 2004, em São Paulo, com algumas centenas de militantes petistas, sindicalistas e outros curiosos, para se dedicar ao bizarro exercício de desafiar as leis da gravidade da economia normal e corrente.

Eles produziram um elenco de medidas para “mudar a política econômica” do muito tranqüilo Dr. Palocci, que simplesmente acusou-os de terem sido contaminados pelo esquerdismo, essa doença infantil que, em outras eras, parecia atingir apenas os adeptos do comunismo. Pois os nossos economistas voluntaristas dizem pretender preservar o capitalismo e a economia de mercado no Brasil, mas aparentemente estão fazendo de tudo para inviabilizar ambos, além, obviamente, da sustentabilidade da política econômica do governo atual. Talvez eles confessem que é isso mesmo que no fundo pretendem, mas eu fico sinceramente imaginando como pessoas aparentemente sensatas conseguem listar um tal rol de loucuras econômicas sem sequer se dar ao trabalho de apontar as conseqüências, que podem ser boas ou más (segundo os casos), das medidas que propõem.

Como eles não o fizeram, proponho-me aqui indicar algumas, elencando também algumas perguntas que eles estão convidados a considerar, se é que pretendem, de fato, a um debate sério sobre os rumos da política econômica, neste e em qualquer outro governo, de centro, de direita ou de esquerda. Não vale refugiar-se, porém, nas alturas estratosféricas de um país irreal, mas sim considerar os dados dos problemas nas condições objetivas e concretas do Brasil em 2004.

Dito isto, vamos ao conjunto de medidas emergenciais propostas pelos bravos candidatos a conselheiros econômicos de um hipotético governo de esquerda no Brasil.

Medidas emergenciais defendidas por um coletivo de petistas (•)
Comentários e questões colocadas por mim (PRA:)

• **Redução substantiva na taxa de juros real;**

PRA: Fácil dizer, mas um pouco mais difícil de realizar, do contrário presidentes bem mais comprometidos com o “social”, como Itamar e o próprio Lula, já teriam entregue, de mão beijada, para a sociedade, juros a níveis razoáveis de aceitabilidade pelo conjunto da população. Como eles não dizem o que entendem por “substantiva”, entendo que deva significar algo entre 4 e 6% ao ano, o que está entre dois e três pontos acima da taxa histórica média do capitalismo. Razoável, pois não?

Apenas uma pergunta, porém: como o Estado continua sendo obrigado a se abastecer no mercado, junto aos tomadores (voluntários) de seus títulos da dívida pública, como fariam esses economistas para evitar um acesso de riso (talvez incontável) dos eventuais candidatos a compradores desses títulos quando o governo chegar oferecendo pagar apenas 6% pelos novos títulos? Ou haverá alguém capaz de considerar seriamente essa opção de “redução substantiva”?

Eles poderiam começar, talvez, por um teste de mercado: oferecer títulos emitidos pelo próprio coletivo de petistas, com juros reais “substantivamente reduzidos”. Depois do anúncio público, por favor, divulguem os resultados da operação de mercado.

• **Diminuição do “superávit primário”, projetando índices decrescentes nas previsões do Plano Plurianual;**

PRA: Se o governo produz um déficit nominal superior ao atual superávit (de 4,25% do PIB), como seria possível reduzi-lo, sem dar um calote monumental na dívida pública? Os propositores dessa medida têm alguma idéia de como fazer com o incômodo aritmético representado por essa relação? Eles não têm nada a dizer em relação à dívida pública? E por que limitar a medida ao PPA?; por que não começar direto pelo orçamento anual? Os resultados seriam mais rápidos e contentariam nossos ansiosos economistas.

• **Flexibilização, com responsabilidade, das metas de inflação, introduzindo o enfoque das metas de emprego e crescimento;**

PRA: A medida começa com uma contradição nos termos, pois que a tal de flexibilização, quando é feita de maneira unilateral (isto é, sem consulta à sociedade), pode representar uma tremenda irresponsabilidade, já que a mesma sociedade pode preferir uma inflação mais baixa (como geralmente é o caso, já que ninguém gosta de perder poder de compra).

Atualmente, o Banco Central, encarregado da administração da metas, utiliza-se da política monetária para fazer a inflação convergir para dentro das metas, mediante taxa de juros, depósitos compulsórios ou outros instrumentos próprios ao *métier*. Os economistas têm alguma idéia de como podem ser fixadas e monitoradas essas novas metas, por eles propostas, de “emprego” e de “crescimento”? Não vale só propor, *in abstracto*, sem ao mesmo tempo explicitar quais indicadores deveriam ser usados e como fazer no caso em que o BC não consiga cumprir as novas metas.

Mas a questão principal permanece sem resposta por eles: como fazer em caso de aceleração inflacionária? Poderemos processá-los por essa perda de poder aquisitivo? Eles se comprometem em fazer um seguro para cobrir os eventuais prejuízos decorrentes de sua tão tresloucada proposta? Ou eles pretendem apenas propor números mais folgados e se eximir de qualquer responsabilidade pelas conseqüências? Eles topariam assumir uma eventual acusação de crime de responsabilidade contra a economia popular?

•Ampliação das reservas internacionais, evitando a sobrevalorização da moeda para reduzir a vulnerabilidade externa e avançar na sua superação;

PRA: Excelente medida, que costuma ocorrer quando um país executa com folga superávits contínuos de transações correntes e não tem outras obrigações externas a cumprir (como uma grande dívida, por exemplo). Uma moeda flutuante, como adotada atualmente pelo Brasil, não costuma estar sobrevalorizada ou subvalorizada, pois sua taxa de câmbio refletirá, com uma certa fidelidade, o estado das relações econômicas externas do país. Grandes reservas podem, efetivamente, reduzir a vulnerabilidade externa, mas a melhor maneira ainda é constituída por volumes expressivos de exportações e de importações, assim como fluxos de investimentos diretos.

O que eles dizem é absolutamente sensato, mas eles não explicitam como pretendem fazer isso nas condições concretas da economia brasileira. Como em outros itens, não vale só indicar o desejável sem dizer como alcançá-lo.

- **Controle dos preços administrados (tarifas públicas);**

PRA: Outra contradição nos termos: preços administrados já são controlados, por definição, o que desperta suspeitas sobre a capacidade de raciocínio lógico por parte dos nossos economistas. Será que eles poderiam explicar com um pouco mais de detalhes o que pretendem com isso? Supostamente, seria o velho recurso de outras eras de manter artificialmente defasadas as tarifas públicas, mesmo em face de níveis superiores de inflação. Mas aí, sabemos todos, não há empresa que resista, a menos de injeções crescentes de subsídios públicos. Os economistas têm alguma idéia do que pretendem propor exatamente neste capítulo?

- **Aumento do investimento produtivo voltado para o mercado interno, visando criar mais empregos e melhores salários;**

PRA: Esta pergunta nem deveria ser feita, mas parece que esses economistas não se lembram dos seus manuais universitários: algum deles poderia me explicar, por favor, qual é exatamente a diferença entre o mercado interno e o mercado externo? Um fala português e o outro se expressa em inglês? Seria só isso ou tem mais alguma diferença estrutural, filosófica, transcendental, que eu não consigo perceber? O investimento produtivo não pode ser feito em setores que se dediquem, ao mesmo tempo, aos dois tipos de mercado? Existiria algum impedimento genético a que isto ocorra? E não seria melhor que assim fosse, já que, por definição, o mercado externo (isto é, a soma de todos os demais mercados nacionais) sempre será muito mais vasto do que o acanhado mercado interno? Existe algum obstáculo mental ou material a que a economia do Brasil possa aproveitar todas as vantagens do mercado mundial? Ou é só mesmo preconceito dos nossos economistas? Se for, eu diria que isso mais está é parecendo burrice da grossa.

Agora, por algum acaso, eles poderiam explicar como fazer para aumentar os investimentos produtivos, em qualquer mercado que se conceba? Eles dispõem de uma fonte inesgotável de recursos para investimentos que ainda não foi explorada pelos distraídos dirigentes políticos e demais economistas universitários? Se estão escondendo a fonte do maná, sem pretender revelar até tomarem o poder, isso representa traição à pátria e ao bem estar dos trabalhadores brasileiros. Afinal de contas, não é todo dia que se encontra a fórmula da economia em moto perpétuo, a cornucópia inesgotável dos nossos sonhos de consumidores e candidatos a capitalistas.

- **Concentração de investimentos na infraestrutura econômico-social reservando recursos queimados na ciranda financeira para o investimento produtivo e em políticas sociais universais;**

PRA: Bonito mesmo, como peça literária. Eles poderiam dizer o que entendem por “ciranda financeira”? Seria um joguinho a que as autoridades econômicas se dedicam quando não estão tentando descobrir maneiras de como melhor utilizar seus recursos escassos? Recursos “queimados” devem significar gastos irresponsáveis, no mínimo.

Se for um equivalente para o ato de se efetuar os pagamentos da dívida pública, então estamos em face de um convite expresso e declarado ao calote das obrigações do Estado. Os nossos economistas precisam urgentemente confirmar suas intenções e dizer em seguida como pretendem fazer para a interrupção repentina (e esperada) dos fluxos de financiamento dos déficits do governo.

Por que eles não escrevem isso com todas as letras? E, se puderem, já antecipam as conseqüências previsíveis de tão tresloucado gesto? Ou vão, mais uma vez, refugiar-se na irresponsabilidade de apontar “soluções” sem medir o impacto das medidas propostas?

- **Resgate da primazia dos recursos públicos para a função do fomento, colocando os bancos estatais e sistema financeiro público - com spreads mais baixos que os do mercado - a serviço de mais crédito e crédito mais rápido e barato;**

PRA: Perfeito como recomendação, se é verdade que se pode trabalhar com um conceito elástico de “recursos públicos”, disponíveis à vontade, só aguardando um bando de economistas brilhantes como este para colocá-los a serviço da comunidade. Apenas uma pergunta: será que o tal de “sistema financeiro público” consegue trabalhar de maneira independente das condições gerais do sistema econômico? Ele vive por acaso numa redoma ideal, caracterizada por recursos infinitos e juros reduzidos? Ou seja, esses sistema encontra-se à margem do mercado, pode operar sem ele, ignorar seus limites implacáveis?

Se isso for verdade, os nossos economistas precisariam dizer imediatamente, pois não seria justo, com todos nós, que eles nos escondessem onde se encontra esse país das maravilhas. Crédito mais rápido e barato é o que todos nós queremos, e se eles acharam a fórmula ideal para produzi-lo sem custos para a sociedade, precisariam dizer claramente como se consegue chegar a esse mundo desconhecido e inimaginável. Não vale, mais uma vez, tergiversar: queremos o mapa dessa terra incógnita.

•Redução da carga tributária sobre os setores produtivos;

PRA: Outra medida perfeita, ideal e bem vinda, se possível imediatamente. Só faltou dizer como sustentar, por outro lado, os gastos correntes do Estado e o nível pífio de investimento que ele realiza todo ano, em volume aliás cada vez menor.

Daria para nos dizer mais um pouco como realizar essa redução sem problemas para as contas públicas? Que mania eles têm de dar uma receita milagrosa sem revelar a sua fórmula!

•Reajustes do salário mínimo na perspectiva de dobrar o seu poder de compras até 2007, possibilitando o aumento do consumo e a dinamização da economia.

PRA: É o Papai Noel da economia: sai por aí distribuindo benesses, tiradas de um saco inesgotável, a custo zero. Seria pedir muito algumas estimativas de impacto sobre a Previdência, as contas das prefeituras e de todos os outros agentes que se utilizam do salário mínimo como referência para contratos, remunerações e outros encargos?

Por que eles mesmos não criam esse Papai Noel?: aprovam uma lei de elasticidade infinita das receitas públicas (com algum subsídio público para agentes privados) de forma a permitir tão generosa e preclara política redistributiva? As propostas podem ser dirigidas aos presidentes do Legislativo, com cópia ao ministro da Fazenda, por favor.

Não contentes com esse conjunto de medidas aparentemente consensuais (no reino da Liliput, sem dúvida), nosso grupo de parlamentares petistas, auxiliados por tão lúcidos economistas, ainda propõe um outro conjunto de medidas que deve ser agora destacado.

Para além destas medidas que podem ser implementadas de imediato, deve-se abrir o debate sobre uma correção do rumo geral, a partir de:

PRA: Fiquei seduzido pelo “imediato”. Prometo considerar assim que receber respostas às perguntas colocadas acima.

• Controle e regulação do fluxo dos capitais internacionais;

PRA: Velha medida, que nossos economistas pensam que corresponde à mais pura ortodoxia keynesiana, quando nada mais é senão um recurso canhestro, só imaginável para pessoas que acham que o mundo se resume em capitais entrantes, que podem ser depois controlados à vontade uma vez dentro do país.

E se, por acaso, esses capitais resolverem simplesmente não entrar, como farão eles? Não vão poder aplicar os seus famosos controles? Ficarão frustrados certamente. E se os capitais de dentro resolverem sair por sua vez? Pedirão permissão ao preclaro grupo de economistas?; ou preferirão as vias transversas já conhecidas: doleiros, Uruguai, sub ou superfaturamento, preços de transferência, maleta de viagem?

Será que não haveria nenhum reflexo sobre os fluxos entrantes no País? E como fará o Brasil para honrar todas as suas obrigações em divisas? Dá um calote mais uma vez? Nossos economistas já pensaram nessas hipóteses?

- **Auditoria e renegociação da dívida externa, buscando, inclusive nos fóruns internacionais, alternativas que alonguem sua amortização e evitem a sangria desatada de recursos provocada pelo pagamento dos juros e serviços atrelados a ela (na execução orçamentária de 2003, superior em R\$ 10 bilhões aos gastos de todos os Ministérios, excluindo o da Previdência!);**

PRA: Outra velha receita que nunca provou sua factibilidade ou mesmo sua necessidade, já que a dívida está razoavelmente bem visível nas estatísticas do Banco Central. Os economistas vão pedir para as empresas privadas, detentoras da maior parte dessa dívida, submeterem suas contas a auditoria também? E vão obrigá-las a essa tal de renegociação, mesmo elas não querendo ou não sendo necessário? Mistério insondável, mais uma vez. Eles precisam ser mais claros nas suas propostas.

- **Retomada do papel do Estado como promotor e coordenador do processo de crescimento econômico, na busca do desenvolvimento soberano, sustentado, ecologicamente equilibrado e solidário.**

PRA: Perfeito: eles poderiam, por favor, elaborar o novo manual de economia política do Estado promotor? E aproveitar para traduzir para nós, simples mortais, os números das contas públicas e sua mobilização produtiva? Não esquecer, tampouco, de indicar como é que “desenvolvimento soberano” aparece nas contas públicas do Estado promotor. Se der, também, colocar os custos do desenvolvimento “ecologicamente equilibrado e solidário”, pois como eles devem saber, no mundo da economia, nada sai de graça. Como diria um velho conhecido: *there is no free lunch...*

A política social, atrelada ao eixo da ortodoxia conservadora, também necessita correções. Fortalecendo o Estado como agente público do bem estar social e do ordenamento de direitos sociais, sugerimos:

PRA: Faltou dizer que eixo é esse e como ele poderia ser substituído por um outro, que poderia ser chamado de “eixo da heterodoxia progressista”. Mas, simples palavras são enganosas: precisaria também dizer em que consistem essas belas noções.

- **Recuperação dos recursos da seguridade social, criando um orçamento social intocável, imune aos contingenciamentos e desvinculações;**

PRA: Recuperar significa apropriar-se de algo existente. Nossos economistas deram uma olhada, mesmo de soslaio, sobre os números da seguridade social? Sabem se ela produz déficit ou superávit? Como assegurar sua intocabilidade, aliás só imaginável no caso de largos excedentes? Ficam nos devendo esses números. Aliás, eles conseguem produzir medidas e mais medidas, sem nunca fazer o dever de casa, simples contas de aritmética elementar. Desse jeito vão ficar para segunda época ou ser reprovados...

- **Revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que ela não incida sobre áreas consideradas essenciais como educação, saúde e assistência social;**

PRA: Essa lei, que eles parecem desconhecer por completo, incide sobre os orçamentos públicos, em geral e sem discriminações positivas ou negativas. Cabe aos dirigentes políticos e seus assessores econômicos (que esperamos não contemplem nenhum dos nossos distraídos economistas) determinar gastos e reservas, segundo critérios essencialmente políticos e de maior eficácia social possível. Ninguém é obrigado a cortar a merenda das crianças e os pagamentos do SUS, a menos, é claro, que você prefira pensões milionárias para economistas aposentados e políticos espertos (o que não parece ser o caso deste nosso grupo).

Em princípio não haveria nenhuma objeção que a LRF seja emendada para contemplar exatamente isso que eles pedem: garantia de prestações sociais em primeiro lugar. Mas ela não pode ofender o critério elementar do equilíbrio entre receitas e despesas ou os limites tolerados de endividamento público. Do contrário não seria uma LRF e sim aquela cornucópia que estamos esperando que os economistas nos digam onde se encontra.

- **Construção de redes nacionais de bens e serviços públicos - sobretudo nas regiões mais carentes - tendo como eixos o programa nacional de alimentação e nutrição de menores de um ano e gestantes na rede do SUS, e a concessão de Bolsa-Família para as unidades da assistência social (do INSS);**

PRA: Pode ser proposto no próximo PPA ou mesmo no próximo orçamento anual, mas não vale propor sem indicar as fontes de receita, do contrário seria muito fácil ser economista ou dirigente político.

- **Aceleração da Reforma Agrária, para democratizar o acesso à terra e a produção para o mercado interno;**

PRA: Seria cansativo repetir os mesmos argumentos já expostos anteriormente. Ninguém pode ser contra medidas socialmente responsáveis, desde que a sustentação das propostas também seja orçamentariamente responsável. Do contrário entramos mais uma vez no reino das utopias econômicas.

- **Reiteração dos nossos compromissos concretos com a educação e saúde públicas gratuitas e de qualidade, saneamento básico, moradia, emprego e salário digno.**

PRA: De acordo, mas acho que isso vai exigir, nas condições atuais, mais dois ou três orçamentos. Como o documento em questão foi chamado de “declaração de Páscoa”, entendo que os economistas estejam esperando o milagre da multiplicação dos pães, ou dos orçamentos públicos. Eles poderiam já ir preparando uma “declaração de Natal”, com uma listinha de todas as bondades que pretendem ver incluídas no imenso saco do Papai Noel. Tudo isso fica muito bem até a primeira infância, mas parece um pouco ridículo encontrar tanta bobagem em textos de pessoas adultas.

Na verdade, eu acho que eles não pretendem recorrer a esse tipo de mitologia, mas sim se dedicar a um outro tipo de literatura, a da ficção econômica e suas variantes mais rebuscadas, como o surrealismo e o hiperrealismo. Não custa nada sonhar, mas eu acho, pessoalmente, que eles estão gastando um bocado de papel e tinta (e abusando da paciência, quando não da inteligência, dos leitores) com propostas que têm tanta consistência quanto o coelho de Páscoa ou o velhinho do Pólo Norte...

Paulo Roberto de Almeida
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)
Brasília, 1242: 11 de abril de 2004